MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Aqui na Transpocred acreditamos que quando as pessoas se unem em cooperação, projetos ganham formas e sonhos se tornam realidade. Por isso, muito mais que um modelo de negócios, viver o cooperativismo é ter a certeza de que podemos transformar o mundo em um lugar mais justo, equilibrado e com oportunidades para todos. O cooperativismo tem ganhado espaço cada vez maior no cenário econômico e social brasileiro. E os nossos números mostram isso, tivemos um crescimento registrado de 29,08% em 2019, fechando o ano com R\$ 312 milhões em ativos e mais de 21 mil cooperados.

Desta forma nosso investimento continuará em tecnologia, inovação e principalmente no engajamento do nosso time que busca diariamente soluções financeiras de um jeito humanizado colocando o propósito de - servir para transformar vidas – sempre à frente de todos os relacionamentos e negócios.

Um dos grandes destaques do ano, para a Transpocred, foi o volume de crédito liberado de R\$ 123,5 milhões. Número que beneficiou mais de 5 mil cooperados reforçando nosso compromisso em transformar e desenvolver o segmento dos transportes, logística e áreas relacionadas. Para estar mais perto dos nossos cooperados inauguramos mais cinco unidades de atendimentos físicas e uma unidade móvel. Criamos linhas de crédito específicas para o segmento dos transportes e marcamos presença digital com a liberação do Aplicativo Seja Ailos, para facilitar a admissão de cooperados por meio de conta digital. Além disso, ampliamos a rede de atendimento em caixas eletrônicos e alcançamos a marca de 3 milhões de participações em todo o Sistema Ailos através do PROGRID.

O ano de 2019 deixa claro a expansão da nossa cooperativa e sua busca por atualização frente ao mercado e acesso aos cooperados das melhores soluções financeiras e compromisso com os princípios do cooperativismo.

Em 2020 continuaremos nossa atuação levando o melhor para o segmento, mantendo o propósito a frente de tudo com ampliação digital nas formas de relacionamento a fim de nunca perder a essência de proximidade promovendo sempre acesso à educação financeira e cooperativista, incentivando ao empreendedorismo e o desenvolvimento do segmento.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

Demonstrações Financeiras

Cooperativa de Crédito dos Empresários de Transportes do Sul do Brasil – TRANSPOCRED

31 de dezembro de 2019 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais Demonstrações de sobras ou perdas	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	Ç



São Paulo Corporate Towers

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000 ev.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores da

Cooperativa de Crédito dos Empresários de Transportes do Sul do Brasil – TRANSPOCRED

Florianópolis/SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito dos Empresários de Transportes do Sul do Brasil – TRANSPOCRED ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito dos Empresários de Transportes do Sul do Brasil – TRANSPOCRED em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de janeiro de 2020

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC – 2SP034519/O-6

Dario Ramos da Cunha Contador CRC – 1SP214144/O-

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

Ativo	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		194.558	165.457
Disponibilidades	4	979	784
Relações interfinanceiras	5	95.746	97.928
Operações de crédito	6	95.406	64.756
Outros créditos	7	1.740	1.813
Outros valores e bens	8	687	176
Não circulante	_	117.454	76.269
Realizável a longo prazo		102.197	64.321
Relações interfinanceiras	5	12.885	9.166
Operações de crédito	6	89.302	55.155
Outros créditos	7	10	-
Permanente	9	15.257	11.948
Investimentos	_	9.345	7.587
Imobilizado de uso		5.898	4.343
Intangível		14	18
Total do ativo	<u>-</u>	312.012	241.726

Passivo	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		246.995	191.790
Depósitos	10	232.481	180.296
Relações interfinanceiras	11	33	35
Relações interdependências	12	2	26
Obrigações por empréstimos e repasses	13	3.269	3.201
Outras obrigações	14	11.210	8.232
Não circulante	_	14.919	10.097
Exigível a longo prazo		14.919	10.097
Relações interfinanceiras	11	9.752	2.114
Obrigações por empréstimos e repasses	13	4.700	7.534
Outras obrigações	14	467	449
Patrimônio líquido	16	50.098	39.839
Capital social	_	40.336	32.749
Reservas de sobras		7.695	4.993
Sobras acumuladas		2.067	2.097
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>-</u>	312.012	241.726

Demonstrações de sobras ou perdas Semestre findo em 31 de dezembro de 2019 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

	Nota explicativa	2019 2° SEMESTRE	2019 EXERCÍCIO	2018 EXERCÍCIO
Receitas da intermediação financeira	18	24.598	46.832	36.497
Operações de crédito		21.144	39.599	30.238
Resultado de operações com centralização financeira		3.454	7.233	6.259
Despesas da intermediação financeira	19	(8.055)	(16.512)	(13.041)
Operações de captação no mercado		(5.208)	(10.353)	(7.645)
Operações de empréstimos e repasses		(441)	(861)	` (480)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.406)	(5.298)	(4.916)
Resultado bruto da intermediação financeira		16.543	30.320	23.456
Outras receitas / despesas operacionais		(12.888)	(23.902)	(17.214)
Receitas de prestação de serviços	20	4.906	8.890	7.103
Outras receitas operacionais	21	1.662	3.409	2.390
Despesas de pessoal	22	(9.829)	(17.578)	(12.424)
Outras despesas administrativas	23	(7.319)	(14.475)	(11.120)
Outras despesas operacionais	24	(2.308)	(4.148)	(3.163)
Resultado operacional		3.655	6.418	6.242
Resultado não operacional		(16)	(25)	(38)
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações		3.639	6.393	6.204
Destinações		-	(4.326)	(4.107)
Juros sobre o capital próprio		-	(2.259)	(2.010)
Reserva legal - estatutário		-	(1.653)	(1.678)
FATES - estatutário		-	(414)	(419)
Sobras líquidas (à disposição da AGO)		3.639	2.067	2.097

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestre findo em 31 de dezembro de 2019 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

	Reservas de sobras					
Eventos	Capital social	Reserva	Reserva para	Sobras acumuladas	Total	
Eventos	Social	legal	expansão	acumulauas	IOlai	
Saldo do início do exercício em 01/01/2018 Destinações das sobras exercício anterior:	26.750	2.309	-	2.013	31.072	
Distribuição de sobras para os cooperados	1.007	_	_	(1.007)	_	
Reserva legal	-	1.006	-	(1.006)	-	
Capital de cooperados:				, ,		
Integralização de capital	5.718	-	-	-	5.718	
Crédito de juros sobre o capital próprio	2.594	-	-	-	2.594	
Devolução de capital para os cooperados	(1.655)	-	-	-	(1.655)	
Baixa de capital	(1.665)	-	-	-	(1.665)	
Resultado do período	-	-	-	6.204	6.204	
Destinações: Juros sobre o capital próprio				(2.010)	(2.010)	
Reserva legal	_	1.678	-	(1.678)	(2.010)	
FATES	_	1.070	-	(419)	(419)	
Saldo no final do exercício em 31/12/2018	32.749	4.993	_	2.097	39.839	
Mutações do período	5.999	2.684		84	8.767	
Watagood ad portodo	0.000	2.001		0 1	0.707	
Saldo do início do exercício em 01/01/2019 Destinações das sobras exercício anterior:	32.749	4.993	-	2.097	39.839	
Distribuição de sobras para os cooperados	1.048	-	-	(1.048)	-	
Fundo de expansão	-	-	1.049	(1.049)	-	
Capital de cooperados:						
Integralização de capital	9.270	-	-	-	9.270	
Crédito de juros sobre o capital próprio	2.003	-	-	-	2.003	
Devolução de capital para os cooperados	(3.120)	-	-	-	(3.120)	
Baixa de capital Resultado do período	(1.614)	-	-	6.393	(1.614) 6.393	
Destinações:	-	-	-	0.595	0.595	
Juros sobre o capital próprio	_	_	_	(2.259)	(2.259)	
Reserva legal	-	1.653	-	(1.653)	-	
FATES	-	-	-	` (414)	(414)	
Saldo no final do exercício em 31/12/2019	40.336	6.646	1.049	2.067	50.098	
Mutações do período	7.587	1.653	1.049	(30)	10.259	
Saldo do início do semestre em 01/07/2019 Capital de cooperados:	37.912	4.993	1.049	2.754	46.708	
Integralização de capital	5.001	-	-	-	5.001	
Devolução de capital para os cooperados	(1.349)	-	-	-	(1.349)	
Baixa de capital	(1.228)	-	-	-	(1.228)	
Resultado do período	-	-	-	3.639	3.639	
Destinações:						
Juros sobre o capital próprio	-	4.050	-	(2.259)	(2.259)	
Reserva legal	-	1.653	-	(1.653)	- (44.4)	
FATES Saldo no final do semestre em 31/12/2019	40 226	6 6 4 6	1.049	(414) 2.067	(414)	
	40.336	6.646	1.043		50.098	
Mutações do período	2.424	1.653	-	(687)	3.390	

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestre findo em 31 de dezembro de 2019 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

	2019 2° SEMESTRE	2019 EXERCÍCIO	2018 EXERCÍCIO
Fluxos de caixa das atividades operacionais			_
Resultado do semestre/exercício	3.639	6.393	6.204
Ajustes ao resultado do semestre/exercício:			
Provisão para operações de crédito	2.112	4.737	4.539
Provisão para avais e fianças honrados	279	544	377
Provisão para entrada de bens não de uso próprio	15	17	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	26	100	248
Provisão para garantias financeiras prestadas	1	8	105
Baixa de imobilizado de uso e intangível	31	41	19
Depreciação e amortização	596	1.114	654
Destinação ao FATES Sobras líquidas ajustadas	(414) 6.285	(414) 12.540	(419) 11.727
Sobras liquidas ajustadas	6.205	12.540	11.727
Variações de ativos e passivos			
(Aumento) redução em relações interfinanceiras ativas	(2.329)	(3.719)	1.231
(Aumento) em operações de crédito	(36.047)	(69.551)	(44.462)
(Aumento) em outros créditos	25	(481)	(897)
(Aumento) redução em outros valores e bens	(290)	(511)	42
Aumento em depósitos	12.170	52.185	52.890
(Redução) aumento em relações interdependências passivas	(34)	(24)	8
(Redução) aumento em obrigações por empréstimos e repasses	(1.519)	(2.766)	4.644
Aumento em relações interfinanceiras passivas	5.256	7.636	1.971
Aumento em outras obrigações passivas	(384)	3.277	2.785
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(16.867)	(1.414)	29.939
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aguisição de investimentos	(1.377)	(1.758)	(1.773)
Aquisição de imobilizado de uso e intangível	(442)	(2.706)	(3.062)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(1.819)	(4.464)	(4.835)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital pelos cooperados	5.001	9.270	5.718
Devolução de capital para os cooperados	(1.349)	(3.120)	(1.655)
Juros sobre o capital próprio	(2.259)	(2.259)	(2.010)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	1.393	3.891	2.053
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(17.293)	(1.987)	27.157
			<u></u>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	114.018	98.712	71.555
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 4)	96.725	96.725	98.712

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito dos Empresários de Transportes do Sul do Brasil – TRANSPOCRED, ("Cooperativa") constituída em 16/03/2006, é uma instituição financeira, sociedade cooperativa, sem fins lucrativos e não sujeita à falência, filiada à Cooperativa Central de Crédito Ailos, ("Cooperativa Central"). Tem sede na cidade de Florianópolis (SC), com área de atuação em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul e opera em uma rede de 24 unidades de atendimento. Seu objetivo é proporcionar crédito, serviços financeiros e educação cooperativista aos seus cooperados, sendo rigorosamente observados os princípios cooperativistas em todas as suas ações.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

A Administração da Cooperativa autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2020, as quais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional — COSIF, observados os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Banco Central do Brasil — BACEN, e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são registrados mensalmente, de acordo com o regime de competência que estabelece que os ingressos e os dispêndios devam ser incluídos na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Caixas e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, depósitos bancários e relações interfinanceiras – centralização financeira, classificadas como de curto prazo e alta liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

3. Principais práticas contábeis--Continuação

c) Relações interfinanceiras - centralização financeira

A centralização financeira compreende as sobras de caixa da Cooperativa que são transferidas para a Cooperativa Central. Estes recursos possuem liquidez imediata, exceto para operações bloqueadas dadas em garantia, e remuneração mensal.

d) Operações de crédito

As operações de crédito estão atualizadas pelas taxas contratadas até a data do balanço e estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60° dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por, no mínimo, cinco anos em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, obedecendo-se aos critérios estabelecidos pelo BACEN, em especial àqueles definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

f) Bens não de uso próprio

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, recebidos em razão de dação em pagamento ou consolidação de propriedade.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado e rendas a apropriar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

3. Principais práticas contábeis--Continuação

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se as cotas de capital junto a Cooperativa Central, representam 20% do patrimônio líquido da Cooperativa, sendo o saldo atualizado nos meses de janeiro e julho de cada exercício, após o encerramento do balanço semestral, conforme previsto no artigo 19 do Estatuto Social da Cooperativa Central, e, as cotas de capital junto a Ailos Corretora e Administradora de Seguros Ltda., ("Ailos Corretora de Seguros").

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica dos bens, conforme apresentado a seguir:

- Benfeitorias/instalações em propriedades de terceiros: a vida útil é definida conforme prazo de locação do imóvel
- Móveis e equipamentos de uso: 10 anos
- Veículos: 5 anos
- Sistema de comunicação: 10 anos
- Sistema de processamento de dados: 5 anos
- Sistema de segurança: 10 anos

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 – Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução nº 4.535/16 do CMN.

j) Intangível

Corresponde a ativos não monetários, identificáveis, controláveis e sem existência física, adquiridos e destinados para utilização da Cooperativa na manutenção de suas atividades e na geração de benefícios econômicos futuros. Estão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, e a amortização é reconhecida mensalmente, a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens ativos, a qual varia de 5 à 10 anos e são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o qual foi aprovado pela Resolução nº 4.534/16 do CMN.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

3. Principais práticas contábeis--Continuação

k) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis, com prazos inferiores a 360 dias, estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

I) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.566/08 do CMN, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquido dos encargos financeiros a incorrer após a data do balanço.

n) Relações interfinanceiras – obrigações por repasses interfinanceiros

Compreendem os recursos captados com instituições financeiras parceiras destinados para repasses aos cooperados, estando atualizados pelos encargos contratados até a data do balanço.

o) Obrigações por empréstimos e repasses

Compreendem os recursos captados junto a Cooperativa Central destinados para operações da Cooperativa, estando atualizadas pelos encargos contratados até a data do balanço.

p) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias em base "pro rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

3. Principais práticas contábeis--Continuação

q) Provisões para despesas e encargos trabalhistas

As provisões para despesas e encargos trabalhistas conhecidos e/ou passíveis de apuração são contabilizadas de acordo com a Carta Circular nº 2.294/92, do BACEN.

r) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de passivos contingentes são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN.

As provisões são constituídas quando as perdas forem avaliadas como prováveis, levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. E aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e classificados como perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados.

s) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos, os quais são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dessas estimativas e premissas em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

t) Impostos e contribuições

A Cooperativa está sujeita à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL quando auferir resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

3. Principais práticas contábeis--Continuação

t) <u>Impostos e contribuições</u>--Continuação

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

A alíquota da CSLL para as cooperativas de crédito foi elevada de 15% para 17% para o período-base compreendido entre 1º de outubro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, e a partir de 1º de janeiro de 2019 a alíquota retorna para 15% (Lei nº 13.169/15).

4. Caixa e equivalentes de caixa

Na elaboração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Composição	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades	979	784
Centralização financeira – c/c Cooperativa Central - disponível	95.746	97.928
Total	96.725	98.712

5. Relações interfinanceiras

As relações interfinanceiras estão assim compostas:

	31/12	2/2019	31/12/2018		
Composição	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Centralização financeira – c/c Cooperativa Central - disponível (Nota 17)	95.746	-	97.928	-	
Centralização financeira – c/c Cooperativa Central - bloqueada (Nota 17)	-	12.885	-	9.166	
Total	95.746	12.885	97.928	9.166	

Os recursos da centralização financeira da Cooperativa mantidos na Cooperativa Central, foram remunerados, na média, pela taxa de juros de 99,18% do CDI no exercício de 2019 (100,08% do CDI no exercício de 2018).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

5. Relações interfinanceiras--Continuação

Os valores da centralização financeira bloqueados referem-se a garantias concedidas para viabilizar produtos e serviços aos cooperados.

6. Operações de crédito

A carteira de crédito está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação:

	31/12	/2019	31/12/2018		
Composição	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Adiantamento a depositantes Empréstimos Direitos creditórios descontados Financiamentos	642 36.251 15.137 48.290	19.364 - 73.480	848 27.583 11.299 30.007	- 14.791 - 43.746	
Total	100.320	92.844	69.737	58.537	
Provisão para operações de crédito	(4.914)	(3.542)	(4.981)	(3.382)	
Saldo líquido	95.406	89.302	64.756	55.155	

b) <u>Composição da carteira de crédito segregada por tipo de cliente, atividade econômica e</u> faixas de vencimento:

		31/12/2019						31/12/2018
		Créditos	s vencidos	С	réditos a ve	encer		
Tipo de pessoa	Setor econômico	Até 15 dias	Acima de 15 dias	Até 90 dias	De 91 à 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Pessoa física	Outros	141	896	9.589	22.158	32.690	65.474	44.868
Pessoa jurídica	Agropecuária Comércio Indústria Serviços	134 48 578	5 562 53 884	3 5.269 1.313 19.924	8 6.175 1.294 31.286	11 7.840 2.206 50.097	27 19.980 4.914 102.769	15.432 4.067 63.907
Total		901	2.400	36.098	60.921	92.844	193.164	128.274

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

6. Operações de crédito--Continuação

c) Composição da carteira de crédito por níveis de risco:

		Carteira			Provisão				
		31/12	/2019	31/12	/2018	31/12	/2019	31/12/2018	
Nível de	%		Não		Não		Não		Não
risco	Provisão	Circulante							
AA	0	603	853	-	-	-	-	-	-
Α	0,5	61.059	61.508	34.617	31.360	(305)	(307)	(172)	(156)
В	1	23.416	19.581	19.158	15.060	(234)	(196)	(192)	(151)
С	3	6.789	4.159	8.081	7.220	(204)	(125)	(242)	(217)
D	10	3.089	3.028	2.450	1.408	(309)	(303)	(245)	(141)
E	30	1.392	1.000	1.201	494	(418)	(300)	(360)	(148)
F	50	794	538	598	518	(397)	(269)	(299)	(259)
G	70	434	451	538	556	(303)	(316)	(377)	(389)
Н	100	2.744	1.726	3.094	1.921	(2.744)	(1.726)	(3.094)	(1.921)
To	tal	100.320	92.844	69.737	58.537	(4.914)	(3.542)	(4.981)	(3.382)

d) Concentração dos maiores tomadores de crédito:

	31/12/2019	%	31/12/2018	%
10 maiores devedores	14.665	7,59%	12.922	10,07%
50 devedores seguintes	28.084	14,54%	24.108	18,79%
100 devedores seguintes	27.773	14,38%	19.055	14,85%
Demais	122.642	63,49%	72.189	56,29%
Total	193.164	100,00%	128.274	100,00%

e) Movimentação da provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa:

19	31/12/2018
3)	(7.395)
3 7)	(4.539)
44	`3.571
6)	(8.363)
5	·56)

No exercício de 2019, as recuperações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, totalizaram R\$ 2.264 (no exercício de 2018, totalizaram R\$ 1.602), sendo registradas no grupo "Receitas da intermediação financeira" (Nota 18).

No exercício de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 4.808 (no exercício de 2018, totalizaram R\$ 4.117).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

7. Outros créditos

Os valores classificados no grupo de outros créditos estão assim compostos:

a) Composição:

Composição	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	1.740	1.813
Avais e fianças honrados	543	364
Serviços prestados a receber	420	310
Serviços Compensação/Cooperativa Central (Nota 17)	439	572
Adiantamentos e antecipações salariais	251	188
Pagamentos a ressarcir	221	354
Compensação e convênios a receber	128	191
Transferências/repasses/CDC	-	55
Centralização financeira bancos parceiros	5	2
Outros devedores	159	85
Provisão para outros créditos	(426)	(308)
Não circulante	10	-
Devedores por depósitos em garantia (Nota 15)	10	-
Total	1.750	1.813

A provisão para outros créditos é composta por valores que se destinam a amparar eventuais perdas com liquidação duvidosa com avais e fianças honrados.

b) Movimentação da provisão para outros créditos:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	(308)	(139)
Constituição/reversão de provisão de avais e fianças honrados	(544)	(377)
Baixas para prejuízo de avais e fianças honrados	426	208
Saldo no final do exercício	(426)	(308)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

8. Outros valores e bens

Os valores classificados no grupo de outros valores e bens estão assim compostos:

Composição	31/12/2019	31/12/2018
Materiais em estoque – uso e consumo	8	5
Despesas antecipadas	38	36
Bens não de uso próprio – imóveis	-	117
Bens não de uso próprio – veículos e afins	641	18
Total	687	176

9. Permanente

a) Investimentos:

Em 08/04/2019, a Cooperativa Central e as Cooperativas filiadas do Sistema Ailos constituíram a Ailos Corretora de Seguros, com sede em Blumenau (SC), iniciando suas operações em 23/05/2019. Seu objeto social compreende a corretagem de seguros patrimonial, riscos especiais, responsabilidades, casco, automóveis, transporte, riscos financeiros, crédito, pessoas coletivo, habitacional, rural, pessoas individuais, marítimos, aeronáuticos, microsseguros, capitalização, planos previdenciários, saúde e outras corretagens que venham a ser agregadas no transcorrer das operações sociais, desde que permitidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

	Cooperativa Central (Nota 17)	Ailos Corretora de Seguros (Nota 17)	Saldo investimento
Saldos em 31 de dezembro 2017	5.814	-	5.814
Integralização de capital	1.773	-	1.773
Saldos em 31 de dezembro 2018	7.587	-	7.587
Integralização de capital	1.754	4	1.758
Saldos em 31 de dezembro 2019	9.341	4	9.345

As participações no capital da Cooperativa Central e Ailos Corretora de Seguros são representadas por cotas partes no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, tendo as seguintes informações adicionais:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

9. Permanente--Continuação

a) Investimentos:--Continuação

	Patrimônio líquido	Capital social	Resultado	% de participação
Em 31 de dezembro de 2018 Cooperativa Central Ailos Corretora de Seguros	308.201 -	308.201	- -	2,46% 0,00%
Em 31 de dezembro de 2019 Cooperativa Central Ailos Corretora de Seguros	363.663 52	363.663 100	- (48)	2,57% 3,75%

b) Imobilizado de uso e intangível:

Composição	Saldo 31/12/2018	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação / amortização	Saldo 31/12/2019
Imobilizado de uso	4.343	2.702	(41)	-	(1.106)	5.898
Móveis e equipamentos para utilização futura	106	398	(3)	(443)	-	58
Imobilizações em curso - benfeitorias em propriedade de terceiros	175	1.082	-	(1.131)	-	126
Benfeitorias / instalações em propriedade de terceiros	1.430	197	(9)	1.131	(546)	2.203
Móveis e equipamentos de uso	1.403	563	(6)	32	(211)	1.781
Veículos	-	159		-	(29)	130
Sistema de comunicação	86	7	-	13	(11)	95
Sistema de processamento de dados	818	154	(10)	398	(252)	1.108
Sistema de segurança	325	142	(13)	-	`(57)	397
Intangível - software de uso	18	4		-	(8)	14
Total	4.361	2.706	(41)	-	(1.114)	5.912

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

9. Permanente--Continuação

b) Imobilizado de uso e intangível:--Continuação

Composição	Saldo 31/12/2017	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação / amortização	Saldo 31/12/2018
Imobilizado de uso	1.946	3.061	(19)	_	(645)	4.343
Móveis e equipamentos para utilização futura	1.540	514	(13)	(409)	(0+3)	106
Imobilizações em curso - benfeitorias em propriedade de terceiros	169	1.051	-	(1.045)	-	175
Benfeitorias / instalações em propriedade de terceiros	462	250	-	1.045	(327)	1.430
Móveis e equipamentos de uso	686	824	(4)	35	(138)	1.403
Sistema de comunicação	26	28	` -	37	(5)	86
Sistema de processamento de dados	358	268	(15)	337	(130)	818
Sistema de segurança	244	126	` -	-	(45)	325
Intangível - software de uso	26	1	-	-	(9)	18
Total	1.972	3.062	(19)	-	(654)	4.361

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração efetuou análise de recuperabilidade dos seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e não identificou a necessidade de constituição de provisões para perda sobre o valor recuperável de tais ativos.

10. Depósitos

Este grupo é composto por depósitos dos cooperados na modalidade de depósitos à vista e a prazo.

Os depósitos a prazo, em função de sua liquidez imediata sem ônus, foram classificados como circulante.

A composição e segregação por vencimento dos depósitos estão apresentadas a seguir:

a) Composição:

Composição	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos à vista	49.485	35.960
Depósitos a prazo	182.996	144.336
Total	232.481	180.296

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

10. Depósitos--Continuação

b) Segregação por vencimento:

Faixa de vencimento	31/12/2019	31/12/2018
Sem vencimento	49.485	35.960
Até 3 meses	490	393
De 3 a 12 meses	346	400
Acima de 12 meses	182.160	143.543
Total	232.481	180.296

11. Relações interfinanceiras

As relações interfinanceiras estão apresentadas a seguir:

a) Composição:

	31/12	/2019	31/12	/2018
		Não		Não
Instituição	Circulante	circulante	Circulante	circulante
Cooperativa Central / BNDES – Finame (Nota 17)	33	87	35	114
Cooperativa Central / BNDES – Microcrédito (Nota 17)	-	9.665	-	2.000
Total	33	9.752	35	2.114

b) Segregação por vencimento:

Os valores de relações interfinanceiras a vencer classificados no passivo não circulante seguirão o seguinte cronograma:

Ano	Saldo
2021	966
2022	1.551
2023	1.930
2024	1.933
2025	1.737
2026	1.227
2027	408
Total	9.752

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

12. Relações interdependências

Compreendem os valores a serem repassados referentes aos serviços de correspondente bancário e demais convênios com instituições financeiras.

13. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses estão apresentadas a seguir:

a) Composição:

	31/12/2019		31/12/2018	
		Não		Não
Instituição	Circulante	circulante	Circulante	circulante
Cooperativa Central – CCB Mais Crédito (Nota 17)	3.250	4.700	2.998	7.502
Cooperativa Central – REFAP Investimento (Nota 17)	19	-	203	32
Total	3.269	4.700	3.201	7.534

b) Segregação por vencimento:

Os valores de obrigações por empréstimos e repasses a vencer classificados no passivo não circulante seguirão o seguinte cronograma:

Ano	Saldo		
	_		
2021	3.250		
2022	1.450		
Total	4.700		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

14. Outras obrigações

As obrigações diversas, classificadas no grupo de outras obrigações, estão assim compostas:

Composição	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	11.210	8.232
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social - FATES	490	614
Associados excluídos com capital a pagar	1.541	1.345
Juros ao capital a pagar (Nota 16)	2.259	2.010
Impostos e contribuições a recolher	710	526
Cheque administrativo	13	483
Provisão de despesas com pessoal e proventos a pagar	2.408	1.133
Outras despesas administrativas	42	46
Outros pagamentos	14	21
Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 26)	184	176
Valores cartão Ailos de cooperados a repassar	-	579
Numerários a repassar para a Cooperativa Central	120	162
Float sobre boletos de cobrança	1.935	-
Centralização financeira bancos parceiros	293	2
Fornecedores	296	323
Valores a pagar para a Ailos Corretora de Seguros (Nota 17)	1	-
Valores a pagar para a Cooperativa Central (Nota 17)	684	526
Credores diversos	220	286
Não circulante	467	449
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota 15)	467	449
Total	11.677	8.681

15. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Cooperativa é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e de riscos tributários para os quais é provável que uma saída de recursos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados nos quadros a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

15. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

	Valor provisionado			
Natureza	31/12/2019	31/12/2018		
Cível	106	170		
Trabalhista	163	106		
Tributária	198	173		
Total	467	449		
Movimentação	31/12/2019	31/12/2018		
Saldo no início do exercício	449	215		
Baixa por pagamento	(82)	(14)		
Reversão de provisão	(167)	(57)		
Constituição de provisão	267	305		
Saldo no final do exercício	467	449		

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 10 (em 31 de dezembro de 2018 não possui), registrados no seu ativo, conforme mencionado na Nota 7 "Outros créditos", os quais estão relacionados a estes processos.

Em 31 de dezembro de 2019, as ações judiciais diagnosticadas como possível perda totalizaram R\$ 518 (em 31 de dezembro de 2018, totalizaram R\$ 273).

A provisão para risco de natureza tributária é realizada sobre algumas receitas provenientes de serviços ou negócios realizados entre a Cooperativa e seus cooperados em que não há pacificação jurisprudencial relativo ao ato cooperativo.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social:

O capital social é dividido em cotas-partes de valor unitário, equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto independentemente do número de suas cotas-partes, e está assim composto:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

16. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social:--Continuação

<u>Movimentação</u>	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	32.749	26.750
Distribuição de sobras para os cooperados	1.048	1.007
Integralização de capital	9.270	5.718
Crédito de juros sobre o capital próprio	2.003	2.594
Devolução de capital para os cooperados	(3.120)	(1.655)
Baixa de capital	(1.614)	(1.665)
Saldo no final do exercício	40.336	32.749

b) Reservas de sobras:

As reservas de sobras são compostas pela reserva legal e reserva para expansão.

A reserva legal é constituída à razão de 40% das sobras apuradas no final do exercício e é destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento da Cooperativa:

Movimentação - reserva legal	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	4.993	2.309
Destinações	1.653	2.684
Saldo no final do exercício	6.646	4.993

A reserva para expansão é constituída por destinação anual de parcela da sobra líquida à disposição da Assembleia Geral Ordinária – AGO e é destinada a fomentar a expansão da Cooperativa:

31/12/2019	31/12/2018
-	_
1.049	-
1.049	-
	1.049

c) Juros sobre o capital próprio:

O montante de juros sobre o capital próprio representa os juros remuneratórios sobre o saldo médio do capital integralizado pelos cooperados no exercício findo. A Cooperativa, observando o limite da taxa SELIC, remunerou o capital pela taxa anual de 5,96%, totalizando o montante de R\$ 2.259, conforme definição na ata 209 do Conselho de Administração em 16 de dezembro de 2019.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

16. Patrimônio líquido--Continuação

c) <u>Juros sobre o capital próprio:</u>--Continuação

Cálculo	31/12/2019	31/12/2018
Saldo médio de capital próprio: % de juros sobre o capital próprio (máximo SELIC): Juros sobre o capital próprio creditado aos cooperados (Nota 14):	37.905 5,96% 2.259	31.413 6,40% 2.010
IRRF juros sobre o capital próprio	(8)	(7)
Saldo líquido de juros sobre o capital próprio	2.251	2.003

d) Sobras acumuladas:

As sobras distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da AGO, estão assim compostas:

<u>Movimentação</u>	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	2.097	2.013
Destinações das sobras	(2.097)	(2.013)
Resultado do exercício	6.393	6.204
Juros sobre o capital próprio	(2.259)	(2.010)
Destinações para reserva legal	(1.653)	(1.678)
Destinação para FATES	(414)	` (419)
Saldo no final do exercício	2.067	2.097

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

17. Partes relacionadas

a) Instituições relacionadas:

A Cooperativa possui operações com a Cooperativa Central e a Ailos Corretora de Seguros conforme apresentação abaixo:

Composição	31/12/2019	31/12/2018
Ativo		
Relações interfinanceiras – centralização financeira (Nota 5)	108.631	107.094
Serviços Compensação/Cooperativa Central (Nota 7)	439	572
Investimentos (Nota 9)	9.345	7.587
Passivo		
Relações interfinanceiras (Nota 11)	9.785	2.149
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13)	7.969	10.735
Outras obrigações (Nota 14)	685	526
Receitas		
Resultado de operações com centralização financeira (Nota 18)	7.233	6.259
Despesas		
Despesas de repasses interfinanceiros (Nota 19)	(298)	(107)
Despesas de obrigações por empréstimos (Nota 19)	(563)	(373)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	(4.015)	(2.726)
Despesas Ailos Corretora de Seguros (Nota 24)	(12)	-

b) Pessoas-Chave da Administração:

As Pessoas-Chave da Administração da Cooperativa abrangem os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, os quais têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Instituição.

As transações com as Pessoas-Chave da Administração, divulgadas abaixo, referem-se aos saldos de depósitos (à vista e a prazo) e às operações de crédito mantidas por elas na Cooperativa, as quais foram realizadas dentro do contexto normal de suas atividades, observando as mesmas condições estabelecidas para os demais cooperados.

Em cumprimento ao pronunciamento técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.750/09 do CMN, bem como a Política de Governança do Sistema Ailos, divulgamos abaixo o montante referentes aos benefícios de curto prazo, sendo estes os honorários, à cédula de presença e às gratificações realizadas aos mesmos na competência do exercício findo, não sendo concedidos benefícios de pós-emprego.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

17. Partes relacionadas--Continuação

b) <u>Pessoas-Chave da Administração:</u>--Continuação

	31/12/2019			31	31/12/2018		
Natureza	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva	
Número de membros	11	6	3	11	6	3	
Honorários, cédula de presença e gratificações	353	108	1.083	274	76	876	
Operações de crédito	238	2	201	174	7	172	
Depósitos	1.852	135	68	1.317	113	55	

18. Receitas da intermediação financeira

Composição	2019 2° SEMESTRE	2019 EXERCÍCIO	2018 EXERCÍCIO
Operações de crédito	21.144	39.599	30.238
Rendas de operações de crédito	19.766	37.017	28.465
Recuperação de crédito baixados como prejuízo	1.192	2.264	1.602
Rendas de créditos por avais e fianças honrados	186	318	171
Resultado de operações com centralização financeira	3.454	7.233	6.259
Ingressos de depósitos intercooperativos (Nota 17)	3.454	7.233	6.259
Total	24.598	46.832	36.497

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

19. Despesas da intermediação financeira

Composição	2019 2° SEMESTRE	2019 EXERCÍCIO	2018 EXERCÍCIO
Onomo a do contra a no moreo do	(F. 200)	(40.252)	(7.045)
Operações de captação no mercado	(5.208)	(10.353)	(7.645)
Depósitos a prazo	(5.037)	(10.028)	(7.418)
Contribuição fundo garantidor de créditos	(171)	(325)	(227)
Operações de empréstimos e repasses	(441)	(861)	(480)
Cooperativa Central / BNDES – Finame (Nota 17)	(5)	(10)	(13)
Cooperativa Central / BNDES – Microcrédito (Nota 17)	(187)	(288)	(94)
Cooperativa Central – CCB Mais Crédito (Nota 17)	(247)	(554)	(352)
Cooperativa Central – REFAP Investimento (Nota 17)	(2)	(9)	`(21)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.406)	(5.298)	(4.916)
Provisão para operações de crédito	(2.112)	(4.737)	(4.539)
Provisão para avais e fianças honrados	` (279)	` (544)	` (377)
Provisão para entrada de bens não de uso próprio	`(15)́	`(17)́	-
Total	(8.055)	(16.512)	(13.041)

20. Receitas de prestação de serviços

Composição	2019 2° SEMESTRE	2019 EXERCÍCIO	2018 EXERCÍCIO
Rendas de cobrança	964	1.788	1.723
Rendas de cobrança Rendas de serviços prioritários	670	1.700	961
Rendas de serviços diferenciados	87	154	114
Rendas de tarifas bancárias	1.500	2.683	2.087
Rendas de seguros	47	82	51
Rendas de consórcios	41	77	62
Rendas de cartões	1.036	1.879	1.304
Rendas de tarifas de arrecadações de convênios Ailos	29	54	41
Rendas de tarifas diretas	378	692	540
Rendas de outros serviços	154	269	220
Total	4.906	8.890	7.103

Rendas de serviços prioritários são compostas por tarifas de cobrança de serviços prestados a pessoas físicas, tais como confecção de cadastro, conta de depósito (cartão, cheque, saque, depósito e consulta), transferência de recursos (DOC e TED) e operações de crédito, conforme Resolução nº 3.919/10 do CMN.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

20. Receitas de prestação de serviços--Continuação

Rendas de tarifas bancárias são compostas por tarifas de cobrança de serviços prestados a pessoas jurídicas, prevista em contrato ou o serviço previamente autorizado ou solicitado pelo cooperado, conforme Resolução nº 3.919/10 do CMN.

21. Outras receitas operacionais

Composição	2019	2019	2018
	2° SEMESTRE	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
Recuperação de encargos e despesas	68	144	53
Recuperação de despesas REFAP do Sistema Ailos (Nota 28)	1.399	2.995	2.248
Reversão de provisões operacionais	193	267	80
Outras rendas operacionais Total	193 2 1.662	3 3.409	2.390

22. Despesas de pessoal

Composição	2019 2° SEMESTRE	2019 EXERCÍCIO	2018 EXERCÍCIO
Despesas de honorários	(694)	(1.263)	(1.028)
Benefícios	(1.642)	(2.981)	(2.008)
Encargos sociais	(1.749)	(3.151)	(2.249)
Proventos	(4.550)	(8.160)	(5.418)
Treinamentos	(538)	(906)	(1.042)
Remuneração de estagiários	` -	(2)	` (12)
PPR - Programa de Participação nos Resultados	(612)	(1.036)	(615)
Contribuição ao PIS/PASEP	(44)	(79)	(52)
Total	(9.829)	(17.578)	(12.424)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

23. Outras despesas administrativas

Composição	2019 2° SEMESTRE	2019 EXERCÍCIO	2018 EXERCÍCIO
Despesas de água, energia e gás	(95)	(206)	(162)
Despesas de aluguéis	(694)	(1.334)	(1.045)
Despesas de comunicações	(538)	(1.087)	(832)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(339)	` (665)	(577)
Despesas de material	(72)	(171)	(171)
Despesas de processamento de dados	(71)	(143)	(98)
Despesas de promoções e relações públicas	(220)	(1.028)	(904)
Despesas de propaganda e publicidade	(196)	(363)	(166)
Despesas de seguros	(15)	(39)	(10)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(323)	(572)	(556)
Despesas de serviços de terceiros	(333)	(645)	(628)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(376)	(761)	(755)
Despesas de serviço técnico especializado	(386)	(756)	(622)
Despesas tributárias	(117)	(206)	(137)
Despesas de viagem no país	(401)	(769)	(642)
Despesas administrativas Cooperativa Central (Nota 17)	(2.217)	(4.015)	(2.726)
Despesas com recuperação de crédito	(192)	(332)	(228)
Outras despesas administrativas	(138)	(269)	(207)
Despesas de amortização	(4)	(8)	(9)
Despesas de depreciação	(592)	(1.106)	(645)
Total	(7.319)	(14.475)	(11.120)

24. Outras despesas operacionais

Composição	2019	2019	2018
	2° SEMESTRE	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
Despesas com operações de crédito concedidas Despesas com REFAP do Sistema Ailos Despesas com cartão Ailos Despesas com processamento compensação Despesas com serviços de proteção ao crédito Despesas com seguro prestamista Despesas com registro de gravames Despesas de provisões passivas	(229)	(335)	(193)
	(226)	(337)	(60)
	(798)	(1.405)	(977)
	(160)	(373)	(699)
	(372)	(766)	(335)
	(34)	(74)	(51)
	(193)	(357)	(257)
	(177)	(254)	(361)
Despesas Ailos Corretora de Seguros (Nota 17) Outras despesas operacionais	(12) (107)	(12) (235)	(230)
Total	(2.308)	(4.148)	(3.163)

Despesas de provisões passivas são compostas por provisões constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e para garantias financeiras prestadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

25. Seguros

A Cooperativa mantém contratos de seguro patrimonial, seguro de responsabilidade civil, bem como participa da Reserva de Risco de Valores do Sistema Ailos (RRV Ailos) e também da Reserva para Riscos de Fraudes Eletrônicas do Sistema Ailos (RRF Ailos), os quais são considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros com perdas de valores da Cooperativa, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

26. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações de acordo com a Resolução nº 4.512/16 do CMN estão assim compostas:

a) Registro:

Composição	31/12/2019	31/12/2018
Outras fianças bancárias	120	120
Cartão BNDES BRDE	120	120
Outras garantias financeiras prestadas	47.447	29.695
Cartão Banco do Brasil	27	30
Cartão Bancoob	47.420	29.665
Total	47.567	29.815

b) Provisão:

Composição	31/12/2019	31/12/2018
Outras fianças bancárias Cartão BNDES BRDE		
Outras garantias financeiras prestadas Cartão Banco do Brasil Cartão Bancoob	184 - 184	176 - 176
Total	184	176

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

27. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCOOP

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito – FGCoop, desde março de 2014. O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I a Resolução nº 4.284/13 do CMN, e tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

28. Reserva de Fomento para Projetos Estratégicos do Sistema Ailos - REFAP

A Cooperativa é parte integrante da REFAP Ailos – Reserva de Fomento para Projetos Estratégicos do Sistema Ailos. A sua formação advém de contribuições mensais e extraordinárias das cooperativas filiadas à Cooperativa Central e tem por objetivo a constituição e manutenção de uma reserva financeira, com a finalidade de viabilizar a constituição ou filiação de nova cooperativa, a expansão de cooperativas filiadas, a abertura de novos Postos de Atendimento ou ainda levar a termo outros projetos estratégicos de interesse do Sistema Ailos e, em caráter excepcional, viabilizar a recuperação de cooperativa filiada.

A Cooperativa utilizou no exercício de 2019 o valor total de R\$ 2.995 (no exercício de 2018 o valor total de R\$ 2.248) da REFAP para abertura de novos Postos de Atendimento e Plano de Expansão, sendo registrado como receita operacional, no grupo "Outras receitas operacionais" (Nota 21).

29. Gerenciamento de riscos

O crescimento com solidez e sustentabilidade são compromissos do Sistema Ailos, que considera o gerenciamento de riscos fundamental para a condução das atividades e negócios. A Cooperativa conta com estrutura de gestão de riscos adequada ao seu tamanho e complexidade dos produtos e serviços oferecidos, em consonância com as Resoluções nsº 4.606/17, 4.557/17 e 4.595/17 do CMN. Entre os principais riscos inerentes ao negócio da Cooperativa destacam-se:

Risco operacional

O gerenciamento do risco operacional envolve um fluxo contínuo, visando identificar, avaliar, controlar, monitorar e reportar os riscos associados ao Sistema Ailos, com a finalidade de salvaguardar o Sistema Ailos e seus cooperados, otimizando a relação risco versus retorno.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

29. Gerenciamento de riscos--Continuação

Risco de mercado e risco de taxa de juros da carteira bancária

O gerenciamento do risco de mercado avalia a volatilidade nos valores de mercado dos instrumentos financeiros aplicados na centralização financeira, objetivando a otimização da relação entre risco e retorno valendo-se de estrutura com limites, modelos e ferramentas de gestão de acordo com as políticas estabelecidas pelo Sistema Ailos.

Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez monitora e avalia a capacidade em honrar as obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar as operações diárias do Sistema Ailos.

Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito monitora a qualidade da carteira de crédito do Sistema Ailos, de acordo com as políticas e limites estabelecidos, em aderência às diretrizes internas e à regulamentação vigente. Para o cumprimento das ações relacionadas ao gerenciamento de risco de crédito, são observados os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, tais como concentração, garantias e prazos, visando assegurar a qualidade da carteira.

Risco socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental avalia o risco decorrente de danos ambientais causados pela Cooperativa no desenvolvimento de suas atividades, ou por ações de tomadores de crédito, fornecedores e/ou seus prestadores de serviços, com práticas que prezem pelo equilíbrio nas dimensões econômica, social e ambientalmente.

Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital do Sistema Ailos tem por objetivo estabelecer princípios e diretrizes para manter a estrutura de gerenciamento capital compatível com a dimensão e exposição a riscos do Sistema Ailos, assim como manter níveis adequados dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal da Cooperativa Central e das Cooperativas Filiadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em milhares de reais

29. Gerenciamento de riscos--Continuação

Risco de conformidade

O gerenciamento do risco de conformidade, ocorre de forma integrada com os demais riscos, visando identificar, mensurar e monitorar eventuais não conformidades, em aderência às determinações legais, regulamentares, normativas e procedimentais, tanto externas quanto internas, além de disseminar a cultura e a prática de conformidade.

Informações adicionais

O relatório completo com a estrutura de gerenciamento de riscos do Sistema Ailos está disponível no site da Cooperativa Central, no caminho "Conheça a Central / Gerenciamento de Riscos" e no site da Cooperativa Filiada, no caminho "A Transpocred / Gerenciamento de Riscos".

30. Prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo

Em consonância com a legislação vigente, o Sistema Ailos mantém diretrizes que visam a coleta, registro e identificação de riscos de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, bem como busca continuamente adotar às melhores práticas de mercado para a prevenção e combate a atos ilícitos, investindo não somente em sistemas de controles, mas na capacitação contínua de seus colaboradores e dirigentes.

Ari Rabaiolli Presidente do Conselho de Administração Roberta de Souza Caldas Diretora Executiva

Marcos Vernei Schuster Diretor Administrativo Cooperativa Central de Crédito Ailos Marcos Roberto Linhares Imme Contador Responsável

CRC SC: 025638/O-8 CPF: 028.326.629-51

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito dos Empresários de Transportes do Sul do Brasil – TRANSPOCRED, cumprindo o que determina o Estatuto Social e a legislação vigente, examinou as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2019, compreendendo: Balanços Patrimoniais, Demonstrações de Sobras ou Perdas, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas.

Nos referidos exames, levou-se em consideração as análises realizadas nos livros, documentos, atos e no Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, bem como os critérios e procedimentos contábeis, tudo em consonância com a legislação vigente.

O Conselho Fiscal conclui que as referidas demonstrações refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Cooperativa, pelo que é de parecer favorável que a Assembleia Geral convocada para tal fim aprove os aludidos documentos.

Florianópolis, 17 de fevereiro de 2020.

MEMBROS DO CONSELHO

ANTÔNIO NUNES MENDES OSVALDO PILONI
Conselheiro Efetivo Conselheiro Suplente

VILMAR JOSÉ RUI
Conselheiro Efetivo

NELSON MARAGNO
Conselheiro Suplente

MARLI REUS DA SILVA CARLOS AUGUSTO ROSA Conselheiro Efetivo Conselheiro Suplente